

CMN nº 5.272/2025, que dispõe sobre as aplicações dos recursos dos Regimes Próprios de Previdência Social – RPPS em substituição à Resolução nº 4.963/2021. O Sr. Marcos disse que a nova resolução passará a vigorar em 02/02/2026 e conseqüentemente a Política de Investimento aprovada no ano anterior terá a vigência de apenas um mês, e a nova regra estabeleceu alguns critérios que os RPPS devam possuir, caso contrário o caminho para ter acesso a determinados ativos será reduzido. A nova política traz como obrigatoriedade o pró-gestão e os RPPS que não se certificarem somente poderão aplicar seus recursos em cotas de fundos compostos exclusivamente por títulos públicos e títulos públicos comprados no mercado primário e essa mesma resolução traz ação transitória e o prazo de dois anos para readequarmos o nosso portfólio. O Sr. Marcos mencionou também que em torno de 30% da carteira de investimento do Instituto está alocada em outras alternativas, sendo que possui fundo de renda fixa tradicional, fundos de renda variável e um fundo BDR e a partir de fevereiro somente poderemos olhar para os fundos de títulos públicos, porém a nova resolução nos dá dois anos para nos adequarmos, ou seja temos que tirar o pró-gestão pelo menos no nível dois para continuarmos com a mesma carteira exceto o fundo BDR (exigência nível 3) ou termos que desmanchar essas posições. Diante desses fatos novos o Sr. Marcos disse que temos que estabelecer uma nova política de investimento até o final de janeiro 2026, temos que criar um novo documento e submeter a aprovação do Conselho Administrativo e nessa readequação foi proposto ao Comitê de Investimento permanecer como estávamos, ou seja manter o que foi aprovado no ano anterior, a rota a ser perseguida INPC + 5,62 de meta atuarial, sem colocar em nós a obrigatoriedade de desmancharmos nossas alocações, e diante disso possamos escolher o melhor momento de sair ou manter nossa diversificação. Finalizando o Sr. Marcos apresentou o documento que tinha sido formalizado no ano anterior adequando o mesmo a nova realidade que traz como principal alteração a necessidade de adesão e a certificação estabelecida pelo manual do pró-gestão, e esse novo documento da Política de Investimento terá vigência de apenas 11 meses (Fevereiro à Dezembro/2026). Diante de tudo o que foi apresentado e discutido durante a reunião o Comitê de Investimento aprovou por unanimidade a nova proposta da Política de Investimento 2026 e posteriormente ela será submetida à aprovação do Conselho Administrativo do Instituto. No terceiro item da pauta em assuntos diversos o Sr. Édson informou ao Comitê de Investimento que o credenciamento da CAIXA DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A. CNPJ-42.040.639/0001-40 como gestor com vencimento em janeiro/2026 foi renovado. Ausente de mais assuntos, o presidente agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião do dia. Eu Édson Luís Garcia, lavrei a presente ata que depois de lida e aprovada será assinada por todos.

Amanda Chiconello Braga

Anderson Luís Fonseca Pirola

Cintia Ribeiro da Silva

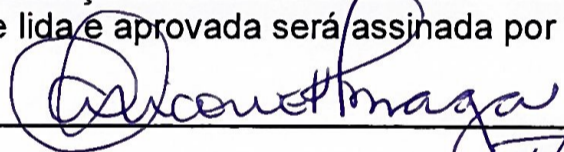
Edson Luis Garcia

Rodrigo Marin Figueira

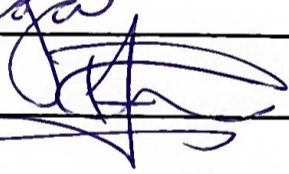
Aos vinte e quatro dias do mês de fevereiro de dois mil e vinte e seis, às dezessete horas e quinze minutos, na sede do Instituto Municipal de Previdência de São José do Rio Pardo, sito a Rua Tarquínio Cobra Olintho, número 69, Vila Pereira, município de São José do Rio Pardo, SP, reuniu-se ordinariamente o Comitê de Investimentos do RPPS de São José do Rio Pardo, presentes os seguintes membros, Amanda Chiconello Braga, Anderson Luís Fonseca Pirola, Cintia Ribeiro da Silva, Edson Luis Garcia e Rodrigo Marin Figueira. Assuntos da pauta: 1 - Análise da carteira de investimentos referente ao mês de janeiro de 2026; 2 - Assuntos diversos. O Sr Édson iniciou a reunião mensal do comitê de investimento agradecendo mais uma vez a presença de todos os membros e em seguida iniciou a apresentação em tela da carteira de investimento do IMP elaborada pela empresa i9Advisory (LDB) que presta serviços de consultoria financeira para o Instituto. Na primeira parte foram apresentadas as posições em renda fixa artigo 7º I, alínea b (fundos 100% títulos públicos). A rentabilidade média da carteira no mês de janeiro foi de 1,03% com representação de 70,41% do montante aplicado. Apenas 02 ativos registraram rentabilidade baixa devido a desvalorização momentânea dos títulos com vértices mais longos devido a marcação a mercado. Já na outra ponta da carteira as posições do artigo 7º III, alínea a (fundos de renda fixa) apresentaram rentabilidade média no mês de janeiro em torno de 1,20% representando 11,28% do montante total investido, geralmente os ativos que compõe esta parte da

carteira sempre apresentam rentabilidades semelhantes. O Sr. Édson comentou que o seguimento de renda fixa continua sendo beneficiado pela taxa Selic em torno de 15% a.a., porém já está no radar o início de um ciclo de afrouxamento monetário previsto para a próxima reunião do Copom no mês de março. No seguimento renda variável artigo 8º I (fundos de ações) que representa 11,19% da carteira total a rentabilidade média da carteira girou em torno de 11,18% no mês. Todos os ativos apresentaram ganhos significativos durante o mês de janeiro, inclusive a própria bolsa brasileira valorizou 12,56% no período batendo recordes movida principalmente por um forte fluxo de capital estrangeiro que realocaram seus investimentos apostando em mercados emergentes, reduzindo exposição aos EUA impulsionados pela política econômica e tensões globais. Finalizando com o investimento no exterior artigo 9º III (fundo de ações – BDR nível I) cuja rentabilidade ficou negativa em janeiro -3,21% e totaliza 7,12% do montante aplicado sendo atribuído o seu desempenho a queda das ações estrangeiras e a valorização do real em relação ao dólar. E por último a carteira apresentou rentabilidade no mês de janeiro de 1,78% contra um orçado 0,85% ficando com uma margem positiva de 0,93%. No segundo item da pauta em assuntos diversos o Sr. Édson informou que no dia 18 de fevereiro houve pagamento cupons de juros dos vértices pares dos fundos BB PREV RENDA FIXA TP VÉRTICE 2030 – R\$ 165.511,60, BB PREV RENDA FIXA VÉRTICE ESPECIAL 2028 – R\$ 465.565,29 e BB PREV RF TÍTULOS PÚBLICOS VÉRTICE 2032 – R\$ 386.649,42 totalizando R\$ 1.017.726,31 sendo que esse montante foi direcionado para o fundo BB RENDA FIXA REFERENCIADO DI TÍTULOS PÚBLICOS FIF LONGO PRAZO RESP LIMITADA mantendo a estratégia de realocação utilizada no ano de 2025, e dos fundos CAIXA FIF BRASIL 2026 – R\$ 470.444,43, CAIXA FIF BRASIL 2040 X TP RF – R\$ 389.770,89 E CAIXA BRASIL 2030 II TP FIF RESP LTDA – R\$ 1.326.558,84 totalizando o montante de R\$ 2.186.774,16 sendo que neste caso os valores creditados foram redirecionados para seus vértices de origem em virtude de o Instituto não possuir ainda o pró-gestão ficando as realocações limitadas ao artigo 7º I, alínea b. Foi apresentado também ao Comitê de Investimento o Regulamento de Credenciamento das Instituições e Fundos de Investimentos cujo objetivo é definir regras para o credenciamento das instituições e fundos de investimentos, ficando definido o envio da cópia do documento para apreciação dos membros do comitê e posterior aprovação, inclusive com o aval do conselho administrativo. Ausente de mais assuntos, o presidente agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião do dia. Eu Édson Luís Garcia, lavrei a presente ata que depois de lida e aprovada será assinada por todos.

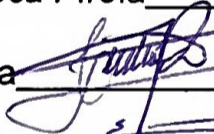
Amanda Chiconello Braga



Anderson Luís Fonseca Pirola



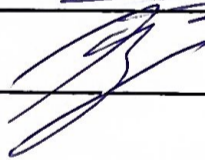
Cintia Ribeiro da Silva



Edson Luis Garcia



Rodrigo Marin Figueira



Aos dezesseis dias do mês de março de dois mil e vinte e seis, às dezessete horas e quinze minutos, na sede do Instituto Municipal de Previdência de São José do Rio Pardo, sito a Rua Tarquínio Cobra Olintho, número 69, Vila Pereira, município de São José do Rio Pardo, SP, reuniu-se ordinariamente o Comitê de Investimentos do RPPS de São José do Rio Pardo, presentes os seguintes membros, Amanda Chiconello Braga, Anderson Luís Fonseca Pirola, Cintia Ribeiro da Silva, Edson Luis Garcia e Rodrigo Marin Figueira. Assuntos da pauta: 1 - Análise da carteira de investimentos referente ao mês de fevereiro de 2026; 2 - Assuntos diversos. O Sr Édson iniciou a reunião mensal do comitê de investimento agradecendo mais uma vez a presença de todos os membros e em seguida como pano de fundo apresentou alguns eventos que ocorreram durante o mês de fevereiro no cenário local e no exterior. No Brasil a inflação voltou a surpreender negativamente, o IPCA-15 apresentou forte alta, interrompendo a tendência de queda observada até o mês de janeiro e o mercado de trabalho segue como principal ponto de atenção, dada sua elevada resiliência, que continua sustentando a demanda e pressionando os preços de serviços. No cenário exterior a suprema corte dos EUA considerou ilegais parte das tarifas implementadas ao longo de 2025 e no final do mês a escalada militar dos EUA em relação ao Irã, provocou forte precificação do petróleo reacendendo preocupações inflacionárias globais. Posteriormente o Sr. Édson iniciou a apresentação em tela da carteira de investimento do IMP elaborada pela empresa i9Advisory (LDB) que presta serviços de consultoria financeira para o Instituto. As posições no mês de